PROLETÁRIOS DE TODOS OS PAÍSES, UNI-VOS!

A CLASSE OPERÁRIA

ÓRGÃO CENTRAL DO PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL

Nº 133 JANEIRO DE 1979 ANO XIV

TUDO COMO DANTES...

Já é conhecida a formação do ministério que assumirá os postos da administração federal a partir de março.

A nova equipe ministerial não chega a ser propriamente nova. Compõe-se na sua maioria de nomes conhecidos, já experimentados e desgastados em governos anteriores. Gente calejada na velhacaria política, no dispêndio abusivo do dinheiro público, na manipulação de dados estatísticos, no entreguismo desavergonhado, todos afeiçoados ao regime de arbítrio.

É um ministério à imagem e semelhança do general contratado para a presidência da República pelos dois chefes de clãs, Médici e Geisel, que os maiores crimes cometeram contra a democracia e o povo brasileiro.

Já na indicação dos governadores e senadores biônicos, aparecia uma ponta do acordo entre essas duas principais camarilhas militares, do qual resultou a escolha de Figueiredo; agora, tornou-se mais evidente. Lá estão lado a lado, Delfim e Simonsen, Andreazza e Golberi, Danilo Venturini e Karlos Rischbieter, Cezar Cals e Ramiro Guerreiro; homens que serviram e estão ligados a uma das duas camarilhas dominan

tes. Na atual equipe não faltaram em bom número membros das Forças Armadas, vários ministros são militares da ativa ou reformados.

Quem tinha esperanças de renovação no governo do ex-chefe do SNI deve se sentir bem frustrado. A renovação não passa de simples repetição, a mesmíssima coisa do passado recente. Figueiredo não vai além do continuísmo e da mediocridade. Não há dúvida: a orientação econômico-financeira calamitosa será mantida — e com mais rigor —, contra os interesses da Nação; acentuar-se-á a dependência ao capital estrangeiro; a contenção dos salários, com a redução progressiva do poder aquisitivo das massas, prosseguirá, passo a passo, com o suposto combate à inflação, que hoje tem como uma das causas principais a emissão maciça para garantir o aumento das reservas cambiais, suporte das dívidas externas em ascenso.

Na agricultura se aplicará o slogan delfiniano "exportar é a solução", havendo mais incentivos ao latifúndio aburguesado, agora com a participação maior do capital estrangeiro. A "privatização" anunciada prenuncia a mais acelerada desnacionalização da economia brasileira.

O ministério, um dos mais reacionários e inexpressivos, sob o comando de Figueiredo e Golberi tem assim por missão principal, seguir a trilha dos anteriores governantes, de tão funestas consequências para o país. No entanto, face ao crescimento da oposição e à precariedade de sua base de apoio, Figueiredo tentará fazer política. Para isto incluiu na pasta de Justiça o Sr. Petronio Portella, o homem do "diálogo" de Geisel e pau para toda obra, o faz de conta que é ele quem faz. Nesta farsa jogará com as cartas marcadas da "conciliação nacional" e do "entendimento em alto nível", de inspiração do serviçal da Dow Chemical Co. . Sua tarefa é entreter e buscar dividir os adversários do governo, ganhar tempo, posar de democrata, a fim de que se consolide o esquema arbitrário de sucessão, montado com o pacote de abril.

Nesta ordem de idéias figura a chamada continuação das reformas constitucionais. Preve-se a concessão de uma pseudo-anistia, restrita e negociada, que manterá nos cárceres e no ostracismo inúmeros patriotas e democratas.

Fala-se na fixação de eleições diretas para o futuro, como falava Geisel no início de seu governo, na revogação da Lei Falcão, na limitação do mandato dos senadores biônicos, isto no quadro da emendada e remendada Constituição de 1967/69. Tudo ficará como está até 1984 ou 1985. Os atos e leis de exceção, a começar pela própria carta em vigor, imposta por uma junta militar, assim como seus complementos reacionários, serão conservados ou mudados apenas na forma.

Nada porém salvará do fracasso e da derrocada o governo de Figueiredo, A indicação de seu ministério já suscitou reservas e descontentamento na área política, e as massas manifestam cada vez mais sua firme decisão de lutar por seus direitos e suas reivindicações mais sentidas. Só os cegos não vêem que são os generais retrógrados que dão as cartas, que põem e dispõem ao seu talante dos destinos do país, a serviço da reação interna e dos monopólios estrangeiros. E quanto mais insistem em tutelar a nação, mais se acumulam as dificuldades, mais duras são as condições de vida do povo, mais o Brasil se aprofunda na dependência e crise.

A Nação exige mudanças de profundidade e não aceita os planos continuístas do regime militar. Não admitirá as manobras de protelação e de conciliação, nem a permanência por longo tempo no Planalto, nas governanças estaduais e no Senado de intrusos da pior espécie. Por isso, erguerá mais alto ainda a bandeira da luta pela liberdade política, pela anistia geral e irrestrita, pela abolição imediata de todos os atos e leis de exceção. A convocação, por um governo democrático e provisório, de uma Constituinte livremente eleita continua na ordem do dia.

Figueiredo e seu ministério terão o fim que merecem. Serão destroçados pelas ações das grandes massas, da oposição democrática que há de se ampliar e fortalecer. O povo que combate por seus direitos acabará triunfando.

UMA FORÇA QUE NÃO PODE SER IGNORADA

Os assalariados agrícolas constituem uma carga de alto teor explosivo que se acumula no interior do Brasil. Nos últimos quinze anos seu número passou de 3 ou 4 para mais de 8 milhões. Em 1976, só os assalariados temporários eram: 1.807.000 em Minas Gerais; 796.000 no Paraná; 770.000 em São Paulo; 557.000 em Goiás; 311.000 no Rio Grande do Sul e 237.000 em Pernambuco. Estas cifras conferem nova dimensão a um problema ainda pouco estudado. Ressaltam o papel do proletariado rural na revolução brasileira, na presente etapa, democrática e antiimperialista, e no seu desdobramento socialista.

A PENETRAÇÃO CAPITALISTA NO CAMPO

A difusão do trabalho assalariado é o resultado mais significativo e mais característico da penetração capitalista em curso na agricultura brasileira. Faz parte de um processo objetivo de transformações aceleradas e brutais que estão se operando, tanto na estrutura fundiária como na estrutura de classe do campo, sobretudo após o golpe de 1964.

De Castelo Branco a Geisel, a ditadura sempre se pautou por uma política de incentivo à grande propriedade e à chamada lavoura empresarial. Devido a essa política, setores consideráveis do latifúndio foram se aburguesando e passaram a empregar em ampla escala mão-de-obra assalariada. Muitos grupos capitalistas e monopólios estrangeiros fizeram o mesmo, ao se estabelecerem diretamente na agricultura, em especial nas áreas de colonização recente, contando com total apoio do governo.

A zona das terras devolutas, submetida a intensa grilagem, reduz-se paulatinamente nas áreas onde o capitalismo penetrou; acentuou-se a desagregação dos antigos sistemas de parceria, meia, sexta, colonato, etc, antes tão disseminados; aprofundou-se também o arruinamento das pequenas propriedades camponesas; milhões de famílias de antigos colonos, meeiros, minifundiários foram privados de suas terras e incorporaram-se ao contingente dos que vivem da venda da sua força de trabalho na indústria e nos serviços e igualmente na agricultura; o proletariado rural multiplicou suas fileiras. O capitalismo se apossa da agricultura, reforçando o monopólio da terra.

O velho sistema latifundiário acomoda-se e sobrevive à implantação das relações capitalistas, assim como sobreviveu no século passado à abolição da escravatura. A polarização social se acentua e muito; surge em cena, por exemplo, um verdadeiro monopólio rural com o Grupo Atalla, que controla a Copersucar, que com suas 66 usinas domina 41 % da produção nacional açucareira e ainda possui fazendas de café e gado. Surge a figura sinistra de Daniel Ludwig, empresário ianque apadrinhado pelo Palácio do Planalto, com seu latifundi incomensurável, onde mais de 10 mil pessoas trabalham na exploração madeireira, no cultivo do arroz e na pecuária. Surgem empreendimentos agropecuários como a Codeara e a Suiá-Missu, as fazendas da Volkswagen, do Bradesco, da Eletro-Radiobraz, da Anderson Clayton. No polo dos explorados

No polo dos explorados, cresce ao lado do campesinato a massa dos proletários rurais. O mais característico no Brasil não é a exploração do trabalho assalariado por uma camada mais ou menos numerosa de arrendatários e camponeses livres, mas por um número reduzido de grandes fazendeiros. É o que ocorre em geral no cultivo do açucar e do café, os grandes empregadores de assalariados; é o que sucede também no cacau e na pecuária, em vastas áreas rizicultoras e parcialmente na soja e trigo.

OS PROLETÁRIOS DO CAMPO

Os assalariados agrícolas não formam um conjunto uniforme. Existem diferentes formas e gradações intermediárias entre eles e os camponeses. Muitas vezes são camponeses pobres que se assalariam em certas épocas, em outros casos são fundamentalmente assalariados, mas completam seu sustento cultivando para si um pedaço de terra própria ou alheia; outros já perderam qualquer vínculo com a terra. Há os que trabalham no campo mas vivem na periferia das cidades, convivendo com a classe operária e outros setores urbanos pauperizados; uma parcela tangida pela miséria termina aproximando-se do lumpemproletariado. Alguns são assalariados permanentes mas o seu número reduziu-se nos últimos anos; atualmente a maioria é contratada por dia ou por empreitada ou por estação, para eximir os empregadores dos encargos trabalhistas. Somente esta última parcela correspondia em 1976 a 55% do total de trabalhadores agrícolas. Uns dependem de um intermediário, o gato, outros são empregados diretamente pelo patrão. Existem ainda distinções e nuances entre denominações regionais,como: bóias-fria peões, volantes, clandestinos,avulsos, safristas, eventuais, diaristas, temporários. O único elemento constante é a exploração, mais intensa ainda que nos demais setores assalariados, a ausência de direitos, um trabalho estafante e mal pago.

Por outro lado, o tipo de desenvolvimento capitalista em curso na lavoura brasileira, imprime peculiaridade nas relações de trabalho assalariado. Ao implantar-se no campo, o capitalismo encontra,subordina e conserva não só o monopólio latifundiário da terra, mas também uma série de outros resquícios herdados do feudalismo e até do escravismo. É comum encontrar-se o assalariado sujeito ao sistema de barração, à retenção por dívidas, a castigos físicos. A imprensa registra periodicamente denúncias de peões submetidos a trabalho escravo em fazendas da Amazônia e de outras regiões. Nesses casos, o jugo assalariado redobra, devido às sobrevivências pré-capitalistas, que reduzem o trabalhador a um estado de semi-servidão.

Essas características particulares tem sua importância e exigem estudo apurado de cada situação concreta, mas nenhuma delas pode obscurecer o que é geral e principal: os trabalhadores rurais que vivem fundamentalmente de seu salário são, no essencial, parte integrante do proletariado brasileiro.

É muito difícil, senão impossível, encontrar na lavoura o proletariado em sua forma pura, absolutamente isento de qualquer traço não-proletário, idêntico ao que existe na grande indústria. Isto não invalida a constatação de que se formou no Brasil um contingente de muitos milhões de proletários rurais que vendem sua força de trabalho,arrancando da terra a mais-valia que reverte em favor dos donos do capital.A natureza da contradição que opõe, por exemplo, o bóia-fria ao fazendeiro de café ou ao usineiro, é objetivamente a mesma da que opõe o operário ao industrial: o antagonismo entre o capital e o trabalho. É aí que reside, acima de tudo, o potencial revolucionário dos assalariados agrícolas.

PERSPECTIVAS DE LUTA

Enquanto parcela do proletariado, os assalariados da lavoura estão objetivamente interessados em transformações sociais de caráter não só democrático-popular, mas também socialista. Eles são uma importante força motriz da revolução brasileira em sua presente etapa popular e democrática, antiimperialista e anti-latifundiária. Nesta etapa, combatem lado a lado com o conjunto do campesinato contra o monopólio da terra, contra os latifundiários de velho e de novo tipo, pois os grandes senhores de terras são também os grandes exploradores da mão-de-obra assalariada.

O programa agrário de nossa luta atual consiste em realizar uma reforma agrária radical, entregando à terra aos que a trabalham. É, portanto, um programa de objetivos democráticos, embora crie as premissas e contenha os germes da transformação socialista no campo, prevendo a formação de fazendas de propriedade coletiva e estatal. A concepção trotsquista, que ignora as etapas da revolução, termina na prática marginalizando da luta não só o campesintao mas também as massas assalariadas na lavoura. Ao mesmo tempo, cabe aos operários industriais e ao seu destacamento de vanguarda, a tarefa de despertar passo a passo a consciência socialista dos seus irmãos de classe do campo.

Ao [illegible] o programa agrário da revolução democrática na Rússia em 1906, Lênin indicava: "O Partido coloca-se como tarefa, em todos os casos e quaisquer que sejam as transformações agrárias democráticas, pender invariavelmente para a organização classista e independente do proletariado agrícola, explicar-lhe a contradição irreconciliável entre seus interesses e os da burguesia rural, preveni-lo contra as ilusões do sistema da pequena economia e, por fim, assinalar a necessidade da revolução socialista completa como único meio de abolir toda a miséria e toda a exploração". No cumprimento desta tarefa os comunistas partem do nível de consciência de classe existente, com o objetivo de elevá-lo no decorrer da luta, do trabalho de propaganda, de organização das massas e do partido. Levam sempre em consideração que a grande massa dos assalariados [illegible] é composta por antigos colonos, parceiros, minifundiários, etc, que se proletarizam mas conservam, em diferentes medidas, vínculos, concepções e aspirações de classe próprias de sua condição anterior. A consciência socialista nunca surge espontaneamente, nem mesmo no proletariado industrial, menos ainda no proletariado agrícola. Exige o trabalho sistemático e tenaz do Partido Comunista, no bojo dos embates de classe contra o capital.

O proletariado rural brasileiro ainda é jovem, formado principalmente sob o tacão de uma ditadura militar tirânica, tem insuficiente experiência de luta. Existe nele uma revolta disseminada mas surda, latente. Somente nos últimos anos surgiram os primeiros sinais de um lento despertar. Os bóias-fria em São Paulo passaram a realizar dissídios coletivos, reivindicando salários mais altos, melhores condições de trabalho, transporte e alimentação. A taxa de sindicalização vai aumentando pouco a pouco. Em junho passado, 1500 trabalhadores de 5 fazendas do Vale do Ribeira entraram em greve contra um atraso em seus salários. Durante a última campanha salarial houve em certas áreas ocorrência de mobilização política mais independente.

É certo que o trabalho nesta frente apresenta enormes dificuldades. O parcelamento, a dispersão, o trabalho errante e embrutecedor são os obstáculos que só o esforço paulatino, sistemático e continuado será capaz de superar.

Um dos maiores desafios que a realidade atual coloca para os comunistas consiste justamente em colocar de pé essa legião de proletários. Repartindo as mesmas condições de existência do proletariado industrial, que se encontra numa situação de miséria ainda maior, a força dos assalariados agrícolas não pode ser subestimada. Assim como a classe operária urbana e o campesinato, eles constituem um dos contingentes fundamentais do grande exército político que promoverá a transformação revolucionária da sociedade brasileira.

LUTA CONTRA A CARESTIA
- EXIGÊNCIA DA HORA PRESENTE -

Não para a alta do custo de vida vem sendo fator de mobilização de amplas massas para a luta. A classe operária, por exemplo, vem se empenhando em numerosas e combativas greves por aumentos salariais, para fazer frente à desenfreada carestia. Mas esta luta assumiu características próprias com o Movimento do Custo de Vida, que englobou operários, donas de-casa, camponeses, comerciários, funcionários publicos, estudantes e outros setores da população. Assim, o combate à carestia que esteve presente nos movimentos operários do início do século e tomou expressão mais alta nos anos cinquenta em São Paulo, no vigoroso Movimento da Panela Vazia, foi retomado agora, com maior força.

O MOVIMENTO DO CUSTO DE VIDA

Desde há muito as inúmeras associações e organização de moradores dos bairros da cidade de São Paulo vêm lutando por seus problemas sentidos mesmo nos períodos de repressão mais feroz. Nos últimos cinco anos, algumas associações, sobretudo na Zona Sul de São Paulo, começaram a se levantar contra a crescente alta do custo de vida, realizando assembléias, abaixo-assinados, jornadas de rua, etc. As donas-de-casa desses diversos bairros populares passaram a formar grupos para comprar no atacado e lutar pelo congelamento de alguns gêneros essenciais. Medidas idênticas foram sendo assumidas em outros bairros da cidade e ações conjuntas começaram a ser empreendidas. Assim, a luta contra a carestia foi ganhando amplo fôro e se transformando num fator de unificação das várias organizações de bairro da periferia de São Paulo.

Esta movimentação contra a carestia foi se alargando no bojo do recente processo de ascenso da luta antiditatorial, originando assim o atual Movimento do Custo de Vida, que ganhou maior expressão na capital paulista em março do ano passado, numa manifestação da qual participaram cerca de sete mil pessoas. Pouco a pouco, espalhou-se pelo interior de São Paulo, atingindo depois outros estados, onde adquiriu características próprias. Em Feira de Santana (Bahia), por exemplo, o Movimento do Custo de Vida fundiu-se ao movimento contra o desemprego. Em várias cidades de Goiás, os debates realizados contaram com predominante participação de lavradores. Além de ratificar as reivindicações mais importantes do manifesto contra a alta do custo de vida, o movimento local acrescentou outras, referentes aos problemas do estado, como acesso à terra, créditos para os pequenos lavradores e possibilidades para eles comercializarem diretamente seus produtos. Em São Paulo, onde adquiriu maior envergadura, o movimento se uniu estreitamente ao movimento grevista, exercendo importante papel na organização e ampliação das ações grevistas para os bairros e vice-versa.

Ainda em São Paulo, o movimento ousou enfrentar constantes ameaças repressivas da reação e promoveu uma manifestação de grandes proporções, como a de vinte mil pessoas na Praça da Sé; e através de jornadas realizadas em diversas cidades, foram coletadas mais de um milhão de assinaturas contra a carestia.

OS PROPÓSITOS DO MOVIMENTO

O manifesto tornado público pela coordenação do Movimento do Custo de Vida de São Paulo, tem amplos horizontes. Nele se diz que a carestia não se restringe apenas aos gêneros alimentícios, mas também atinge as tarifas dos transportes, os aluguéis, o serviço sanitário, as taxas de energia elétrica, de água e outros serviços de utilidade pública. As três exigências mais importantes apresentadas : abono salarial e sem desconto para todas as categorias de trabalhadores, aumento salarial superior à elevação do custo de vida e congelamento dos preços dos produtos de primeira necessidade, traduzem os anseios sentidos de todos os trabalhadores e das massas populares.

Ao fundamentar estas três exigências, o manifesto não se limita à denúncia pura e simples da carestia. Com justa razão vincula o combate ao elevado custo de vida à luta contra a nefasta atuação dos monopólios estrangeiros, que arrancam polpudos lucros com a exploração dos trabalhadores brasileiros; à luta contra a política econômica da ditadura, voltada para a exportação e destinada a conseguir dólares, que depois voltarão em maior proporção para o exterior, com o pagamento das dívidas contraídas pelo governo. O manifesto também se posiciona contra os grandes latifundiários, que emperram o desenvolvimento do campo brasileiro e prejudicam os pequenos lavradores fornecedores de gêneros de primeira necessidade, bem como contra a ação ambiciosa dos açambarcadores e intermediários. O manifesto vai mais adiante, ao condicionar o atendimento de suas exigências à conquista da plena liberdade, premissa básica para a livre participação do povo nas questões políticas, econômicas e sociais da Nação.

Acertadamente, portanto, o manifesto esclarece que a carestia de vida não é resultado de reajustes salariais, de fatores acidentais como as enchentes ou mudanças climáticas, ou da crise do petróleo, como pretendem os prepostos da ditadura. Na verdade, as causas desse fenômeno angustiante para o povo brasileiro são estruturais, estreitamente ligadas à formação e ao tipo de expansão do capitalismo no Brasil, ao controle exercido pelos monopólios estrangeiros e nacionais sobre o país, à expansão do sistema latifundiário exportador fartamente favorecido pelos generais no poder. Enfim, ao modelo de desenvolvimento econômico dependente.

Este modelo implantado pelo regime ditatorial, por muito tempo endeusado pelos imperialistas, estimulou os latifundiários aburguesados e, mais recentemente, os poderosos monopólios agro-pecuários a produzirem intensamente para a exportação, secundarizando a produção de gêneros de primeira necessidade como feijão, arroz e leite, entre outros. A oferta desses gêneros foi grandemente reduzida, sobretudo se levarmos em conta o crescimento da população e a crescente alta dos preços. A isso devemos agregar, entre outros fatores, a anarquia que se verifica na esfera da produção e da distribuição, devido à falta de planejamento econômico de caráter democrático, fenômeno próprio do sistema capitalista. Além dos fatores fundamentais que influem no tipo de propriedade e produção agrícolas capitalistas, beneficiando os latifundiários em detrimento do povo, com uma renda diferencial e a renda fundiária absoluta, outros elementos decorrentes da própria especificidade do desenvolvimento capitalista no Brasil vêm influir, sobretudo agora. As constantes estiagens e a pouca capacidade das terras em reter a água, situação que vem se tornando constante nos Estados do sul do Brasil, principais centros agrícolas do país, deve-se ao desmatamento indiscriminado e descontrolado que se pratica hoje em dia em todo o território nacional. Há menos de trinta anos, o Rio Grande do Sul, para citar um exemplo, tinha 48% do território coberto por florestas. Atualmente as florestas não chegam a cobrir 2% do território riograndense. No âmbito da distribuição dos produtos, toda a sua estrutura e instrumentos reguladores visam principalmente o favorecimento dos especuladores, empurrando os preços para cima. Enquanto isso, o povo tem cada vez menos acesso aos gêneros alimentícios. Milhares de litros de leite foram lançados aos rios. Toneladas de tomates e cebolas são destruídas pelos grandes açambarcadores, a fim de forçar a alta dos preços. Milhares de pintos são mortos logo depois de nascidos. Os pequenos produtores, por sua vez, ficam com sua mercadoria empatada e muitas vezes se arruinam por falta de armazenamento e transporte para seus produtos, e de outras condições que o governo só concede aos grandes produtores. Paradoxalmente, o governo importa leite em pó, feijão e cebolas a preços inacessíveis para o povo. E isso torna-se ainda mais escandaloso quando se sabe que o Brasil possui um imenso fundo agrícola. Por outro lado, como o povo costuma dizer, enquanto os preços sobem de elevador, os salários arrastam-se pelas escadas, segurados pelo arrocho salarial imposto pelo regime militar. Em recente pesquisa realizada pela Folha de São Paulo, 19 produtos alimentícios indispensáveis, comprados há quase um ano, dobraram de preço, ou seja, aumentaram em 100%. Segundo o DIEESE, para atender às exigências previstas pela própria Constituição vigente, o salário mínimo em São Paulo deveria ser de ₢ 5300,00, em 1978, quando hoje ele ainda se situa em ₢ 1560,00. Recentemente, a Federação dos Servidores Públicos de Brasília denunciou em carta aberta ao gene

ral Geisel, que nestes últimos cinco anos o aumento dos vencimentos dos empregados públicos foi de 128%, enquanto que o custo de vida, segundo dados oficiais, atingiu 211%.

AMPLIA-SE A LUTA

A crise econômica aprofunda-se; a inflação passa da casa dos 40% há três anos seguidos; a agricultura, no ano passado, cresceu negativamente em torno de 3%, segundo dados oficiais. Voltam ou permanecem nos mais altos postos de governo os mesmos prepostos do regime ditatorial destacados servidores do capital estrangeiro e do latifúndio, responsáveis por esta situação catastrófica de crescente endividamento e extrema concentração de renda em mãos de um punhado de parasitas, desbragada corrupção, arrocho salarial e agravamento das condições sociais.

No futuro governo as diretrizes fundamentais serão as mesmas e os homens serão os mesmos, apesar das encenações e promessas demagógicas, próprias de cada momento de rendição de guarda, quando um general assume o posto da presidência, em substituição a outro. Assim, os graves problemas econômicos e sociais tendem a se agravar.

Com justa razão, portanto, as massas populares empenham-se na luta contra a carestia. Esta é a sua resposta aos falsos argumentos do regime sobre o custo de vida e a inflação. As posturas assumidas em particular pelo Movimento do Custo de Vida dão o tom a essa luta; indicam, com oportunidade, que o regime militar não pode nem está interessado em resolver o problema da carestia. Aliás, as autoridades governamentais de São Paulo e Brasília fizeram pouco caso das reivindicações populares, no melhor estilo de pedantismo e arrogância dos opressores. Esta atitude porém, longe de fazer arrefecer o movimento, serviu para revelar ainda mais o caráter antipopular do regime militar. Em várias manifestações contra a carestia realizadas desde outubro do ano passado, no leste da cidade de São Paulo e em Cidade Dutra, V.Brasilândia, Mauá, etc, inúmeros participantes se posicionaram assim: "Por que eles têm medo da gente? Porque um povo consciente não é explorado!". "Tínhamos uma força que não sabíamos e que agora estamos descobrindo". Muitas das assembléias populares eram iniciadas com a música do peixe-vivo, cuja letra modificada dizia: "Como pode um Presidente ofender tanta gente?". Os combatentes da carestia prosseguiram ainda mais decididos em sua luta, que se radicalizou e adquiriu feição ainda mais política. Foi o que ficou patente nos comícios organizados pelo MCV em cinco áreas da capital de São Paulo, em apoio à greve dos metalúrgicos desta cidade e dos subúrbios de Osasco e Guarulhos. Agitando frigideiras vazias os manifestantes protestavam contra o elevado custo de vida e denunciavam a recusa do governo em atender às exigências de congelamento dos preços e aumentos de salários. Em São Miguel Paulista, por sua vez, 1500 pessoas realizaram uma manifestação onde gritavam: "Trabalhamos muito e estamos com fome". "Abaixo a repressão", "Mais arroz, mais feijão", "Empregos e Salários justos". Tudo isso desafiando as forças repressivas da ditadura que policiavam ostensivamente o local.

O movimento do Custo de Vida uniu-se aos vários contingentes populares na luta pela liberdade política e assumiu posição ativa nas últimas eleições parlamentares, apoiando candidatos populares e elegendo representantes seus para o Congresso Nacional e Assembléias Estaduais.

Ultimamente, o Movimento programou o I Encontro Nacional de seus representantes para os dias 27 e 28 de janeiro, em São Paulo, sendo es

perada grande afluência de representantes de vários Estados do Brasil. Esta importante iniciativa seguramente será um passo decisivo para a ampliação do movimento à escala nacional.

A LUTA CONTRA A CARESTIA PODE REUNIR AMPLAS MASSAS

O Movimento do Custo de Vida vem assumindo papel importante na unificação e mobilização dos moradores dos bairros populares e na ligação estreita com outras lutas do povo. Em São Paulo, onde primeiro despontou, este movimento uniu todos os bairros da periferia para a luta contra a carestia, como também relacionou-se com o movimento operário nas fábricas, dando-lhe ajuda de diversas formas, inclusive fundando comitês de apoio à greve no âmbito dos bairros.

Durante as inúmeras manifestações realizadas pelo MCV em São Paulo, tornam-se frequentes os apelos em prol da Reforma Agrária vindo dos trabalhadores rurais que agora vivem na cidade. Eles reclamam veementemente: "É preciso dar terra para plantar arroz, feijão e milho para dar comida aos brasileiros". Nas diversas regiões do país onde o MCV vem se implantando, logo se liga às manifestações populares em curso, fornecendo-lhes maior amplitude. Em cidades médias e pequenas tem se vinculado às reivindicações da luta pela terra, contra o desemprego e por exigências populares próprias de cada local. É tarefa importante unir cada vez mais este importante movimento à luta pela liberdade política contra o regime ditatorial, anseio geral do povo, e elevar o nível da participação popular nas lutas em todos os recantos do país. Certamente, a luta contra a carestia, contra a alta do custo de vida deve continuar se estendendo, galvanizando milhões de brasileiros. Precisa unir-se ainda mais à luta dos trabalhadores por melhores salários, por terra e por direitos políticos, contribuindo ainda para apressar a derrubada da ditadura e para a conquista da liberdade política, caminho seguro para alcançar a democracia popular, única capaz de acabar com a carestia e garantir melhores condições de vida para os trabalhadores.

* * * * *

continuação de "O 50º aniversários do P.C. Peruano":

proletário. Ao mesmo tempo reitera sua condenação ao imperialismo norte-americano, ao social-imperialismo soviético, ao revisionismo iugoslavo, ao chamado eurocomunismo e a todos os reacionários do mundo, e declara que na luta contra esses inimigos da revolução mundial, estará ao lado dos partidos comunistas que se atêm às idéias científicas de Marx, Engels, Lênin e Stálin, e que persistem firmemente em fazer a revolução".

Os comunistas peruanos, marxistas-leninistas, comemoram o quinquagésimo aniversário de fundação de seu partido, lutando pela liberdade, contra o regime militar, batalhando em favor da verdadeira independência nacional, contra o imperialismo norte-americano e seus agentes, pugnando pelos interesses da classe operária e de todo o povo trabalhador, contra a burguesia reacionária e os senhores de terras, defendendo o socialismo e a revolução contra os oportunistas de todos os quilates.

* * * * *

O 50º ANIVERSÁRIO DO P.C. PERUANO

O Partido Comunista Peruano marxista-leninista completou meio século de existência. Fundado em 7 de outubro de 1928 por Jose Carlos Monatelli, aderiu logo depois, em março de 1929, à III Internacional Comunista.

Partido combativo do proletariado, manteve sempre no alto a bandeira da grande doutrina da classe operária, a bandeira da luta pela libertação nacional e pelo socialismo.

Nestes cinquenta anos de atividade, o Partido Comunista Peruano adquiriu grande experiência de luta, ligou-se mais ainda à classe operária que lhe deu origem e quem ele dignamente representa. Conduziu inúmeras batalhas contra a burguesia, os latifundiários e o imperialismo, em defesa dos interesses vitais dos trabalhadores e do povo do país vizinho.

Foi um dos primeiros partidos operários na América Latina a romper radicalmente com o revisionismo contemporâneo. Em 1964, na IV Conferência Nacional, expulsava de suas fileiras a camarilha traidora de Jorge Del Prado, La Coste e Dario, agentes da burguesia e do social-imperialismo soviético.

Em 1965 elaborava uma linha política proletária e revolucionária, concorde com as condições concretas, com a luta nacional e social do Peru.

Combatendo o revisionismo soviético e seus agentes no país, o Partido Comunista Peruano não se deixou levar pela pregação reformista e nacionalista burguesa dos dirigentes chineses, que consideravam o regime militar de Alvarado, e depois o de Bermudez, como avançado e progressista. "Enquanto os marxistas-leninistas, à frente do povo trabalhador, lutam contra o regime militar que segue os desígnios do imperialismo ianque", assinalou uma nota do Comitê Central do Partido Comunista Peruano, "os revisionistas chineses o apoiavam há vários anos, qualificavam de nacionalista o regime de Velasco e Bermudez, elogiavam sua política, supostamente empenhada na defesa da soberania nacional e dos recursos naturais. Chegaram até o extremo limite do ridículo de chamar de 'defesa' as duzentas milhas de mar territorial. Enalteceram até onde puderam o êxito da indústria de pesca e derivados, como se fosse obra de Velasco, e apesar de que este a levou à bancarrota, causando o desemprego de dezenas de milhares de trabalhadores. Aprovaram as pseudo-nacionalizações, promovidas no próprio interesse dos norte-americanos, pois é sabido que foram eles que propuseram a venda de suas instalações das minas de Cerro de Pasco, hoje novamente funcionando com a ajuda financeira dos EUA. Elevaram até as nuvens a ocupação das jazidas petrolíferas, pagas a peso de ouro aos capitalistas ianques. Enfim, enalteceram também a pretensa reforma agrária dos generais, cuja aplicação trouxe maior pauperização no campo e agravou a crise alimentícia no país".

Desta forma, o Partido Comunista Peruano desmascarou a atuação dos generais reacionários que pretendiam impor ao Peru um regime antinacional e antipopular.

Nas duras condições de clandestinidade, o Partido defendeu uma orientação justa e ligou-se às massas, tendo alcançado consideráveis êxitos, sobretudo no trabalho entre os camponeses.

Recentemente participou, em frente única, da campanha eleitoral, elegendo vários deputados comunistas, entre os quais o camarada Saturnino Parente. Defendendo o marxismo-leninismo e os interesses da revolução o Partido Comunista Peruano tomou posição clara e fundamentada contra a teoria dos três mundos. Numa importante declaração política do Comitê Central sublinhou: "O Partido Comunista Peruano, marxista-leninista, expressa sua condenação à teoria dos três mundos por sua essência contra-revolucionária, que atenta contra o marxismo-leninismo e o internacionalismo

O PARTIDO: UMA NECESSIDADE HISTÓRICA*

Os cinquenta anos de existência do Partido Comunista do Brasil ensinam que o Partido é uma exigência histórica do desenvolvimento da sociedade brasileira. Unicamente a organização de vanguarda do proletariado pode conduzir o povo à sua libertação e à conquista do socialismo.

O Partido foi a força impulsionadora das principais lutas de massas e de sentido progressista que se realizaram no país. Ajudou a classe operária a se organizar e a pugnar por conquistas sociais. Foi a primeira organização política do país que demonstrou ser o latifúndio uma das causas do atraso do Brasil e também a primeira a reclamar a entrega da terra aos camponeses. Igualmente foi o Partido que, em primeiro lugar, denunciou a dominação imperialista e revelou em diferentes períodos o processo de espoliação crescente do povo brasileiro pelos monopólios internacionais. Através de longos anos de luta ele forjou uma consciência nacional, antiimperialista. As campanhas em defesa do petróleo e, em geral, das riquezas nacionais foram iniciadas e conduzidas pelo Partido. O P.C. do Brasil teve grande atuação na luta pelas liberdades democráticas. Pugnou pelo direito de greve, de organização independente do proletariado, dos camponeses e dos estudantes. Reclamou a completa emancipação da mulher. Defendeu a livre manifestação do pensamento e a liberdade de criação artística. Denunciou e combateu sem descanso o regime de opressão vigente no país. Difundiu a idéia da transformação radical da sociedade brasileira e definiu o caráter da revolução no Brasil. Particularmente em 1935 e, agora, após sua reorganização, ergueu bem alto a bandeira da revolução.

O Partido Comunista do Brasil é, assim, uma exigência da evolução social. Sua presença na vida do país não é fenômeno acidental nem artificial. Por isso mesmo, nenhuma força reacionária pôde destruí-lo. No curso dos últimos cinquente anos, o Partido sofreu, tanto por parte da reação como de inimigos de classe nele infiltrados, sérios golpes, mas nunca foi liquidado. Em 1939/40, a reação fascista conseguiu destroçar seus órgãos dirigentes e quase todas as suas organizações. Em curto período, o Partido se reergueu. Em 1941/45, foi ameaçado pelos liquidacionistas, porém não se deixou eliminar. Quando em 1957/58, os revisionistas avassalaram as fileiras partidárias e, na mais grave tentativa de liquidação do Partido, procuraram transformá-lo numa organização social-democrata, encontrou forças para prosseguir no seu caminho. Reorganizou-se e deu um salto adiante.

Estes cinquenta anos de vida política vieram mostrar de maneira convincente que o Brasil precisa de um partido autenticamente proletário, verdadeiramente revolucionário, um partido de luta pelo socialismo. Na época atual, só a classe operária pode dar rumo consequente à luta democrática e de libertação. Como os fatos têm demonstrado, a burguesia não é capaz de conduzir com êxito o processo revolucionário. Sob sua direção o movimento por transformações mais profundas na sociedade tem sofrido repetidos reveses e tem mesmo retrocedido. Tampouco a pequena burguesia pode estar à frente da revolução. Embora combativa e atuante, é uma camada social instável. Com frequência assume posições extremadas, ora a reboque da burguesia, ora engajada num radicalismo fora da realidade. A direção do movimento revolucionário pelo proletariado é, hoje, uma imposição da história, uma lei objetiva do desenvolvimento social. Quanto mais se aprofunda a crise geral do capitalismo, mais evidente se torna a tendência para o socialismo, que só pode ser alcançado sob a hegemonia da classe operária, com a derrota da burguesia e a instauração da ditadura do proletariado. A este cabe dirigir não só a luta de libertação nacional como também a revolução em todo o período de transição do capitalismo ao socialismo, a fim de levar o povo brasileiro ao comunismo.

Mas a direção do proletariado só será assegurada se ele possuir o seu partido de classe, independente, efetivamente revolucionário, orientado por uma teoria de vanguarda. Este tipo de partido, pelo qual se luta há cinquenta anos, é o Partido Comunista do Brasil.

* Extraído de "Cinquenta Anos de Luta" de fevereiro/março de 1972 - PC do B.